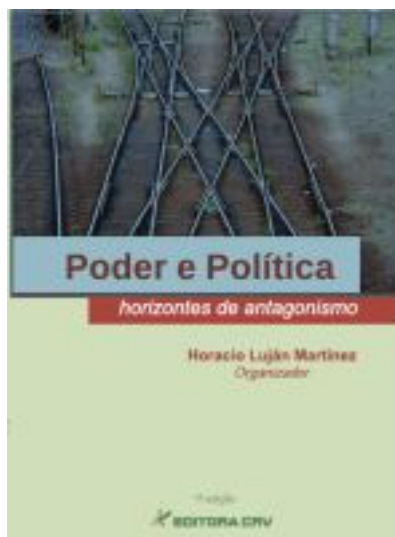


MARTINEZ, Horácio Luján. **Poder e Política: horizontes de antagonismos**. Curitiba: Editora CRV, 2010, 170p.

PREFÁCIO:

De agonismos e antagonismos: para uma ética-política do dissenso



“(…) vemos triunfar na filosofia política e nas ciências sociais um discurso que glorifica o retorno do ator, do indivíduo que discute que contrata que age. No momento em que nos dizem que os dados são inequívocos e que as escolhas se impõem por si mesmas, celebra-se ruidosamente o retorno do ator racional à cena social. Quanto menos coisas há a discutir, mais se celebra a ética da discussão, da razão comunicativa como fundamento da política. Há um quarto de século, víamos indivíduos partindo para criar núcleos de guerrilha, levando nos bolsos livros que proclamavam a supremacia da lei das estruturas sobre a autonomia dos sujeitos. Hoje, ao contrário, em todos os comitês oficiais, vemos pessoas carregando nos bolsos obras sobre o retorno do ator, da escolha e da autonomia, constatando que não há outra coisa a fazer além do que fazem nossos governos.” Jacques Rancière. “O dissenso”¹

Este livro nasce de pensar a política em termos foucaultianos e até nietzscheanos onde o conflito funda uma ontologia política ou “do político”. Esta posição está sendo atualmente renovada nos textos da politicóloga belga Chantal Mouffe. Para esta autora a política é o campo de um inerradicável conflito. Este conflito dá lugar a “antagonismos” onde se procura a eliminação (por vezes simbólica, por vezes não) do adversário e também a “agonismos” onde se parte do conflito e a existência do “outro” como elemento constitutivo “do político”. As posições que alimentam antagonismos pensam a oposição como defeito a ser solucionado pelo consenso ou pelo uso da força. O “agonismo” levaria a um horizonte de conflito que não seria outro que o da “radicalização da democracia”.

¹ Capítulo do livro *A crise da razão*. Adauto Navaes (Org.) São Paulo: Minc-Funarte.

Companhia das Letras. Tradução de Paulo Neves. 2006 p. 367

É necessário, aqui, distinguir entre “a política” (*politics*) e “o político” (*the political*). A “política” é a dimensão empírica “do político”, isto é, as ações que conduzem à hegemonia de um grupo; as práticas e instituições através das quais se cria uma determinada ordem e organização da coexistência humana.²

“O político” é o campo de conflito e pertence a nossa condição ontológica.³ Com Freud percebemos que a irracionalidade da luta de Eros e Tanatos atravessa e funda essa condição. Não somos animais contratuais ou o somos em casos em que não há outra saída.

Mouffe recupera a leitura de Carl Schmitt⁴ e sua crítica ao liberalismo a partir da distinção amigo/inimigo. Mas ela pensa “Schmitt contra Schmitt” isto é, enquanto o jurista alemão procura e precisa de um *demos* homogêneo, o que o faz excluir a possibilidade do pluralismo; para nossa comentadora do que se trata é, precisamente, de estimular e reconhecer as diferenças plurais. Estas diferenças só serão possíveis a partir da criação e manutenção de identidades políticas coletivas.

Esta posição de Mouffe, favorável a uma espécie de agonismo, não deixa de

ter seus problemas. Deve-se admitir que em certas condições, existe sempre a possibilidade de que a relação “nós/eles” se torne antagônica, isto é, vire uma relação de oposição “amigo/inimigo”. Não obstante isto, ela salienta que a distinção amigo/inimigo pode ser considerada tão somente como uma das formas de expressão possível desta dimensão antagônica que é constitutiva do “político”. Deve-se, embora admitindo a possibilidade sempre presente do antagonismo, imaginar outros modos de construção do binômio “nós/eles”. O desafio para a política democrática é o de tentar impedir o surgimento do antagonismo mediante um modo diferente de estabelecer a relação “nós/eles”. O verdadeiro problema é transformar “antagonismo” como relação de forças não em equilíbrio, mas em algo parecido com a fricção que não chega a acender o fogo.

O “agonismo”, assim, seria um modo de “dessublimar” a violência, de não colocá-la ao lado de uma hipotética fundação do estado com a intenção primária de desterrá-la para sempre (Hobbes na leitura de Foucault)⁵.

A negação da dimensão conflitiva do político não é uma omissão empírica, mas uma omissão constitutiva do pensamento liberal e por isto, e como hegemonia política de nosso tempo, os autores aqui reunidos pensam em torno da crítica ao liberalismo.

Achamos que a idéia da exclusão da violência em função da ordem racional é a ilusão que favorece que cada vez que um setor hierarquicamente importante da sociedade se sinta “em perigo”, a violência apareça novamente, seja sob a forma de “gatilho fácil” ou

² Ver, entre outros, *The democratic paradox*. Chantal Mouffe. London: Verso 2009

³ Não podemos entrar aqui, a pesar de muito interessante, no debate proposto por Alain Badiou em seu *Compêndio de metapolítica*, sobre a existência ou não do “político”.

⁴ Com todas as reservas do caso. “Crítico Schmitt e não utilizá-lo por motivos morais constitui uma típica tendência moralista característica do *Zeitgeist* pós-político.” Chantal Mouffe *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica 2005 p.12 Esse *Zeitgeist* consiste em manifestar o político num registro moral, isto é, uma forma de política que inibe a luta, mas habilita o escândalo moral, como veremos a seguir.

⁵ Ver Michel Foucault *Em defesa da sociedade*. Aula de 4 de fevereiro de 1976.

“chacina” (Brasil) ou de ditadura genocida (Argentina e Chile). Neste sentido as posições dialoguistas que pensam o consenso como o *telos* intrínseco, podem acabar – mesmo que por defeito – criando as condições de possibilidade para a violência política. Quando o consenso não é atingido, a parte que está numa posição mais forte de poder legitima a coação (uso de força), uma vez que já foi o suficientemente tolerante (pensar na posição atual dos EUA com o Irã, por exemplo). Neste sentido, a tolerância e a paciência política podem agir perversamente, como formas protocolares da violência.

O problema, – concreto e que parece num primeiro momento aporético – é o de que as identidades políticas coletivas invocadas contra o individualismo liberal, não exigem um ponto de expressão e condensação que acabe sendo encarnado por um líder populista.

Como destaca Ernesto Laclau, ninguém define com muita clareza o que é o populismo.⁶ Na verdade parece apontar uma região da política onde o critério empresarial da eficiência, e da política como administração, não tem muito lugar. Um termo no qual a oposição define ao governo que as pessoas seguem por algum tipo de identificação forte que nasceria – na opinião de seus críticos - do assistencialismo.

Na verdade o populismo não esquece da dimensão afetiva e de construção de subjetividades que carrega toda identidade política.

De qualquer modo, é um fato preocupante o de que as críticas ao populismo adquiram o teor de uma crítica ao culto à personalidade e,

depois de ter preparado o terreno, estas críticas promovam a assimilação fácil entre qualquer governo dito populista e o fascismo ou até o nazismo. Estabelece-se uma genealogia espúria e perigosa que começa com Gustave Le Bon, se enriquece na passagem por Joseph Goebbels e Hitler e chega até Hugo Chávez.

A política como campo de conflito é conhecida suficientemente na América Latina, política que entre graves casos de corrupção (Brasil e quase América Latina toda), enfrentamentos levados até o paroxismo (Argentina), e reedições de golpe de estado (Honduras) espera seu momento criando alianças que só dependam do bloco latino-americano.

As posições neoliberais advogam por uma política aparentemente mais objetiva. Quem representa se apresenta como um signo transparente que em nada opaca a delegação de poder. Este modelo, em tanto apela à transparência, impossibilita o debate de fundo e traduz todo conflito para termos morais e, assim, habilita o escândalo íntimo como nos casos de Bill Clinton ou dos senadores e prefeitos republicanos nos Estados Unidos da América.

A unanimidade sobre o que deve ser a racionalidade política levou a que os conflitos de interesses sejam deslocados para a esfera da moral privada. Isto é, nega-se a evidente incapacidade, indiferença e indisponibilidade para pensar soluções políticas e se exhibe o segredo escandaloso. Assim a verdade política fica mais perto do reality show – com seus personagens sinistros e os seus caricatos - e torna-se pornográfica, uma vez que a câmera oculta só reflete obscenidades. Chega-se assim ao estágio do escândalo como a indignação moral que não dá em nada. Os holofotes

⁶ Ver *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2005, Capítulo 1 “La denigración de las masas.”

iluminam a alcova junto com a nossa incapacidade para pensar alternativas.

Aqueles que advogam por uma política dita mais objetiva, esquecem que parte da queda de popularidade de Barack Obama tem a ver com o fracasso do esquema conciliatório. Fracasso que reclama aquilo que se lhe critica ao populismo, a autoridade forte do homem de estado. Nem todo cidadão americano gosta de um presidente muito disposto para conversar e sobre tudo, para ouvir. O mesmo fracasso acontece na Europa, que cada vez mais se divide entre países falidos e países credores, ambos coincidindo na política de exclusão na forma de intolerância e severidade para com os imigrantes.

Este presente globalizado e em crise nos deixa às portas de uma evidência: as “comunidades ideais de comunicação” possuem o irritante hábito de não existir.⁷

Entre estas “agitadas coordenadas” se desenha este livro. Desconfiando das posições facilmente racionalistas, mas não acreditando em que algo assim como seu oposto seja um remédio já pronto para uso.

O texto de Guilherme Castelo Branco encarna de modo bastante aproximado a iniciativa do livro de pensar a política como campo de agonismos, e por isso ele aparece como texto inicial, agindo como uma espécie de “manifesto”. A ênfase numa liberdade que se constrói a partir de e em torno ao conflito, em lutas contra formas de subjetivação que só asseguram o “assujeitamento”, assim como “o debate ríspido sem nenhuma modalidade de consenso” fazem parte de nosso modo de ver a política e, de

um modo ou outro, reúnem todos os textos deste livro.

Luiz Vieira chama a nossa atenção sobre a insuficiência das explicações racionalistas da política que só podem interpretar o curso atual da política latino-americana como uma espécie de calamidade geral (quase como um “desastre ambiental” que ninguém consegue controlar). As formas alternativas de reestruturação do político na América Latina, das quais os movimentos sociais seriam exemplo, são pensadas por Vieira como lugar de ativa experimentação, acabando com o gesto de transformar o representado refém do representante.

Enrique Dussel destaca o papel de Paulo como seguidor de Jeshua Ben Josef (Jesus) no ato de transgredir a Lei. Jesus transgrediu a Lei já que, entre outras ações, curou um cego no sábado: “(...) respeitar a lei como último critério de justificação é ser escravo”. Aqueles que se libertam da lei do sistema antigo são quem acreditam em si mesmos, condição ontológica necessária para formar um “povo”. O poder desse povo emerge do consenso com o qual se cria a nova justificação dos atos. Encontrar-nos-íamos, então, frente a uma espécie de genealogia da identidade popular a partir da desobediência da lei. Deste modo Dussel entende a “tarefa agônica” como a pretensão de instaurar justiça frente à ordem injusta.

Rainer Zimmermann e Christian Fuchs pela sua vez, se perguntam pela raiz espinosano do conceito de “multidão” recuperado por Antonio Negri e Michael Hardt, para afirmar que quando Espinosa falava de uma democracia absoluta, ele queria dizer que a democracia é à base de qualquer sociedade. O mundo conectado em rede dá lugar a uma ciberdemocracia onde a cooperação, base de toda sociedade

⁷ Acho que meus colegas e amigos apelianos compreenderão a brincadeira antes de me acusar de “auto-contradição performativa” dizendo que “aquilo que não existe não possui hábitos”.

humana segundo os autores, poderia se fortalecer e multiplicar. A “multidão” seria expressão e base para futuras e novas formas de ser: “A multidão, então, pode ser vista como um movimento que observa a existência social num processo coletivo e especula nas lutas práticas sobre como o mundo poderia vir a ser.”

O capítulo de Silvana Rabinovich toca num assunto cada vez mais escaldante: o problema geopolítico da disputa entre Palestina e Israel. A ética dialógica de Martin Buber lhe servirá à autora para pensar a compreensão do outro. Se não é possível dizer “eu sou”, mas somente “eu também sou” isto pode ajudar a desmontar o ódio sordidamente construído pela propaganda belicista: “Em ambos os lados existem pessoas com medo, deve-se humanizar o conflito. Já basta de fazer do Islamismo uma religião de crianças fanáticas e do judaísmo uma de malvados depredadores. Tampouco é certo que o laicismo ocidental tenha dado mostras de respeito ao próximo: é hora de se deixar ensinar pelo outro e suas crenças. Ao fim e ao cabo se trata de fazer um chamado à imaginação política, e esta só vem em estado de tradução. Traduzir é aceitar que não há univocidade.” O chamado à responsabilidade e à compreensão do outro, só pode começar a partir dos “desobedientes de ambos os lados”; aqueles que não acreditam ou cansaram da incitação oficial à beligerância.

Pilar Calveiro pela sua vez “revisita” Hannah Arendt e a sua caracterização do totalitarismo para procurar certos pontos de contato entre essas características e a atual dominação neoliberal: “Falar da busca de uma hegemonia global mediante atos bélicos que geram uma instabilidade mundial permanente; falar de estados

policialescos nos quais predomina a ilegalidade, com a formação de poderes paralelos ao Estado; falar do terror, dos campos de concentração, da deportação e do etnocídio; falar, enfim, de sociedades massificadas, com uma enorme população supérflua, apavorada e controlada pelos aparatos de propaganda (leia-se mídia) e pelos distintos mecanismos de aniquilação, é falar também de algumas das formas da dominação atual.”

O texto de Rosalvo Schütz vai de confronto com as noções neoliberais de política, aquelas que advogam por uma institucionalização extremada e “reduzem o debate da educação à eficácia em termos econômico-financeiros”. A visão administrativa da política é uma forma de despolitização da sociedade que, como decorrência, acaba num processo de desdemocratização. Como contraproposta, Schütz enfatiza o papel dos “movimentos sociais populares” (MSP) que reforçam a democracia a até a radicalizam, uma vez que são forças que não reproduzem a ordem estabelecida, forças do não-idêntico: “(...) quem não faz experiência alguma com o não-idêntico tende a aceitar, de forma passiva, sua vida como destino.”

Procurou-se neste livro pensar o conflito político como um horizonte para novas identidades e novas alteridades. Quase todos os textos têm pinceladas de otimismo. Não deixa de ser curioso que me sinta, de alguma maneira, obrigado a salientar isto. Tanto ficou associado o pensamento político ao pragmatismo quase niilista⁸ que desconfiamos de qualquer olhar para o futuro que não seja desesperado, o que

⁸ Niilismo de caráter nietzscheano que “idealiza no sentido do feio” e não reconhece outro campo dos fenômenos políticos que não seja aquele que anuncia sempre o apocalipse.

tornou toda ação política o campo de uma fenomenologia da emergência.

Este livro nasceu das leituras e discussões do “Grupo de Ética e Política” da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo), do qual Rosalvo Schütz é atualmente líder. Sem o apoio e o trabalho dos colegas não teria sido possível. Não houve nenhuma observação dos outros membros desse

grupo ou da minha parte, que levasse ou sugerisse aos autores a modificação do conteúdo de seus textos.

Quero agradecer também aos amigos e colegas do Brasil e àqueles espalhados pelo mundo que aceitaram o convite e participaram do projeto.

Horacio L. Martínez